

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Justa causa por exposição em redes sociais é revertida sem prova suficiente

💡 O TST reverteu a dispensa por justa causa aplicada ao empregado por publicações em vídeo com conteúdo irônico, ao entender que, no caso, não se comprovou de forma robusta falta grave apta a sustentar a penalidade máxima, à luz da exigência de proporcionalidade e prova convincente (CLT, art. 482).

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores de que a aplicação da justa causa exige prova robusta, proporcionalidade e demonstração clara de prejuízo à imagem ou à atividade empresarial. O uso de redes sociais, por si só, não legitima a penalidade extrema.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/auxiliar-de-estoque-demitido-por-postar-videos-ironicos-sobre-empresa-tem-justa-causa-revertida>

2. Penhora é mantida quando alegação de compra do bem não é comprovada

💡 O TST manteve ato de constrição patrimonial, ao concluir que a parte que alegava ter adquirido o bem não conseguiu demonstrar, de modo suficiente, a titularidade/oponibilidade do negócio para afastar a penhora no contexto da execução.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça que a proteção à boa-fé depende de prova documental consistente. Empregadores e adquirentes de bens devem adotar cautela redobrada em negociações envolvendo patrimônio de devedores trabalhistas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/homem-que-alega-ter-comprado-fazenda-na-bahia-nao-consegue-reverter-penhora>

3. Insalubridade em grau máximo é afastada sem enquadramento técnico-normativo

💡 O TST negou o adicional de insalubridade em grau máximo ao trabalhador, por não se reconhecer, nas circunstâncias analisadas, enquadramento que justificasse o grau pretendido, observando a necessidade de lastro técnico e aderência às normas regulamentadoras aplicáveis.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores sobre risco de condenação quando não houver

programas de gerenciamento de risco, laudos e evidências de controle de exposição alinhados às NRs. Laudos atualizados, inventário de riscos, evidências de medidas de controle e gestão de EPI (entrega, treinamento, fiscalização e registros) previnem condenações trabalhistas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/medicas-de-centro-de-obstetricia-nao-obtem-adicional-de-insalubridade-em-grau-maximo>

4. Enquadramento sindical segue a realidade do vínculo

💡 O TRT-2 negou pedido de enquadramento pretendido pelo trabalhador, reconhecendo que a prestação de serviços em nome de terceiro, por si só, não altera automaticamente o enquadramento, exigindo análise da realidade contratual e das funções efetivamente desempenhadas (primazia da realidade).

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça que o enquadramento sindical depende da atividade preponderante do empregador, evitando a extensão indevida de normas coletivas mais onerosas.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-nega-enquadramento-como-bancaria-a-vendedora-de-autorizada-a-prestar-servicos-em-nome-do-banco>

5. Comunicação difamatória no pós-contrato gera condenação por dano moral

💡 O TRT-2 reconheceu dano moral em razão de e-mail com conteúdo difamatório direcionado contra ex-empregado, entendendo configurada violação à honra, inclusive após o término do vínculo.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores para risco de condenações por comunicações internas/externas inadequadas no pós-contrato, com impacto reputacional e financeiro.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/e-mail-difamatorio-contra-ex-empregada-gera-indenizacao-por-dano-moral>

6. Ataque hacker não afasta dever de apresentar controles de ponto

💡 O TRT-15 decidiu que a alegação de incidente cibernético não justifica, por si só, a não apresentação dos controles de jornada, preservando o dever de guarda e exibição documental e as consequências probatórias da ausência.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta para a necessidade de políticas de segurança da informação e backups. A ausência de registros de ponto transfere o risco probatório ao empregador.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/ataque-hacker-nao-justifica-ausencia-de-apresentacao-dos-controles-de-ponto-decide-2a>

7. TRF-3 mantém condenação da União para regularização fundiária de área e recuperação ambiental

📝 O TRF-3 negou provimento às apelações do MPF e da União e à remessa necessária, mantendo sentença que determinou à União promover a regularização fundiária e dar destinação legal a imóvel, além de adotar providências para conter ocupações e enfrentar danos ambientais no local. O Tribunal também afastou a reincisão do Município no polo passivo e considerou cabíveis as multas fixadas.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que o dever de recuperar e prevenir dano ambiental pode recair sobre o ente público proprietário/gestor da área, e que entraves administrativos ou alegação genérica de falta de orçamento não afastam a obrigação e sinaliza que a omissão estatal na gestão fundiária tende a gerar tutelas mais incisivas (multas e prazos)

🔗 <0006691-97.2012.4.03.6108.pdf>

8. TRF-3 anula multa do IBAMA por incêndio em área rural e reconhece excludente por fato de terceiro

📝 A Turma do TRF-3 negou provimento à apelação do IBAMA e manteve sentença que anulou o Auto de Infração, por entender que não ficou comprovado que o autuado deu causa ao incêndio. O acórdão destacou que, embora a responsabilidade ambiental seja objetiva (teoria do risco integral), é indispensável demonstrar nexo causal, sendo possível afastar a responsabilização civil quando o dano decorre de ato de terceiro e não há conduta omissiva/comissiva do proprietário/gestor.

📌 **RELEVÂNCIA:** Embora a responsabilidade ambiental seja objetiva, o TRF-3 admitiu a exclusão de responsabilidade quando o evento decorre de fato de terceiro, sem conduta comissiva ou omissão relevante do produtor e valoriza a importância de medidas preventivas e de resposta imediata (brigada, treinamentos, acionamento de autoridades e registros), que podem ser determinantes para afastar autuações e pedidos de recomposição/indenização em casos semelhantes.

🔗 <0000619-64.2011.4.03.6000.pdf>

9. TRF-3 mantém multa ambiental do IBAMA, reconhece responsabilidade “propter rem” e rejeita prescrição intercorrente

☞ O TRF3 afastou a alegação de ilegitimidade passiva, aplicando a responsabilidade ambiental objetiva e *propter rem* (vinculada ao imóvel). Também rejeitou a prescrição intercorrente, por não ter havido paralisação do processo administrativo por prazo superior a três anos.

❖ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que passivos ambientais podem acompanhar o imóvel rural, atingindo o proprietário/possuidor atual, e que discutir nulidade do auto e prescrição intercorrente exige prova robusta de vícios e de efetiva inércia administrativa.

🔗 [5004912-45.2018.4.03.6000.pdf](#)

10. TRF3 mantém indenização por dano ambiental em APP

☞ A 3ª Turma do TRF3 negou provimento a agravo interno do MPF e manteve a indenização de R\$ 2.000,00 por danos ambientais em Área de Preservação Permanente-APP, decorrentes de ocupação/construções irregulares no Município de Rosana/SP. O Tribunal reafirmou a possibilidade, em tese, de cumular recuperação ambiental e indenização, mas considerou adequado manter o valor diante da viabilidade de recuperação integral da área.

❖ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que intervenções em APP geram responsabilização objetiva e podem impor demolição, recomposição e indenização, mas também sinaliza que a indenização pecuniária tende a ser moderada quando houver plena recuperação ambiental, parâmetro importante para casos envolvendo imóveis rurais e ocupações em áreas protegidas.

🔗 [0001636-85.2014.4.03.6112.pdf](#)

11. TJSP mantém condenação de concessionária por abandono de estação ferroviária e fixa indenização em R\$ 5 milhões

☞ A Justiça de São Paulo manteve a condenação de uma concessionária pelo abandono e mau estado de conservação da estação ferroviária, utilizada como depósito de vagões e materiais. O Tribunal reconheceu riscos ambientais e à saúde pela presença de resíduos e substâncias contaminantes deixadas no local por quase 3 (três) décadas. A indenização por danos morais e materiais coletivos foi ajustada para R\$ 5 milhões por critérios de proporcionalidade.

📌 **RELEVÂNCIA:** O caso reforça a responsabilização civil e ambiental de concessionárias por passivos em áreas sob sua gestão e, também, sinaliza maior rigor judicial sobre omissão na manutenção de estruturas e riscos de contaminação do solo/entorno, com efeitos em propriedades vizinhas e segurança ambiental.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-jan-19/concessionaria-deve-indenizar-em-r-5-milhoes-por-abandono-de-estacao-ferroviaria/>